

Manifesto de Castellina

por uma Europa de

Bens comuns & Direitos Colectivos

Estamos a enfrentar uma crise global, financeira, económica, ambiental, alimentar, que fragiliza as democracias. Esta era uma crise anunciada. Ela resulta do modelo dominante que conduziu a uma especulação financeira não controlada, ao esgotamento e ao desperdício dos recursos naturais e alimentares, à exclusão de uma parte crescente da população ao acesso aos bens e aos serviços fundamentais e a processos de desestruturação das relações humanas.

Para sair desta crise é necessário reformular os princípios, os valores e os meios de acção que permitirão finalmente gerir os bens comuns. Inúmeras organizações da sociedade civil estão mobilizadas para procurar as melhores formas para responder, a diferentes níveis, a estas questões.

O actual quadro institucional apenas trouxe respostas sectoriais ou territorialmente limitadas. Mas assiste-se, na Europa, à emergência de numerosos acordos quadro entre as instituições, as empresas, os sindicatos e as associações. Estes acordos reconhecem o papel incontornável adquirido pela sociedade civil.

Está na altura de a sociedade civil participar na definição de um novo quadro, agora global, para os bens comuns e os direitos colectivos relacionado com o modelo de gestão da economia, os comportamentos individuais, a avaliação das políticas e os indicadores de progresso.

Se, ao nível da União Europeia, as organizações da sociedade civil se mobilizam para elaborar, conjuntamente com as instituições, as empresas e os sindicatos, uma proclamação solene sob a forma de um Carta, de um Pacto ou outro documento apropriado cuja designação será acordada após deliberação (de seguida designada por "A Proclamação"), é possível fazer da crise uma oportunidade para avançar na construção europeia em direcção a uma sociedade de bem estar para todos e para todas.

Os bens comuns são aqueles bens, serviços e recursos que beneficiam a todos e a todas. São as realidades materiais ou imateriais, culturais e/ou sociais importantes para o respeito da vida e dos ecossistemas, para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas, para uma nova ética económica e política, para um novo modelo de gestão da economia, das finanças e das empresas. Os valores éticos e os bens comuns estão estreitamente ligados.

Os bens comuns são os bens necessários à paz, à liberdade e à democracia, à justiça e à Igualdade, ao ambiente e à protecção dos recursos, ao património cultural, à partilha e ao enriquecimento dos saberes, aos direitos das gerações futuras, à coesão social e à solidariedade.

A sua implementação e a sua garantia são responsabilidade das instituições europeias, das organizações governamentais e não governamentais, das empresas, dos sindicatos,

dos cidadãos e das cidadãs. Esta implementação implica o reconhecimento dos direitos colectivos.

Os direitos colectivos são os direitos detidos e/ou exercidos colectivamente. Eles são defendidos por grupos aos quais os direitos são garantidos pelas instituições europeias e pelos tribunais.

As modalidades de gestão dos Bens Comuns & Direitos Colectivos resultarão das disposições de implementação da Proclamação.

Os métodos, os meios e os recursos deverão ser reunidos e mobilizados para realizar os processos de deliberação, de elaboração e de validação da Proclamação.

A fim de formular as expectativas dos cidadãos e das cidadãs da Europa quanto ao futuro comum, importa que estes três processos participativos tenham amplamente em consideração as especificidades geográficas, culturais, sociais e técnicas a superar e sejam alimentados em permanência pelos contributos resultantes de todos os níveis territoriais: locais, regionais, nacionais e europeus.

Os/as signatários/as deste Manifesto convidam todas as organizações da sociedade civil a mobilizarem-se para tornar a crise actual numa oportunidade de renovação da construção europeia.

Manifesto redigido em Casa al Bosco, Castellina in Chianti (Itália), em 22 de Fevereiro de 2009, por um grupo de 11 cidadãos e cidadãs com origem em sete Estados Membros da União Europeia e activos/as em organizações da sociedade civil europeia:

- ✚ Nelly Bandarrajazra, membro da [AFEM](#), Bruxelas, Bélgica
- ✚ Jean-Claude Boual, membro do [CELSIG](#), Paris, França
- ✚ Anne-Marie Boyer, membro do [COMITE POLITIQUE & PAUVRETE](#), Puisseux Le Hauberger, França
- ✚ Pietro Emili, membro da [ECAS](#), Bruxelas, Bélgica
- ✚ Horst Grutzke, membro da [EUROPA JETZT](#), Potsdam, Alemanha
- ✚ Matthieu Calame, responsável de programas na [FONDATION CHARLES LEOPOLD MAYER](#), Paris, França
- ✚ Philippe D. Grosjean e Raymond Van Ermen, membros do [FORUM PERMANENT DE LA SOCIÉTÉ CIVIL EUROPEENNE](#), Bruxelas, Bélgica
- ✚ Daniel Hackenberg, membro da [INITIATIVE ZIVILGESELLSCHAFT](#), Viena, Áustria
- ✚ Jacqueline De Groote, membro do [MOUVEMENT EUROPEEN INTERNATIONAL](#), Bruxelas, Bélgica
- ✚ Mikael Book, membro da [NETWORK INSTITUTE FOR GLOBAL DEMOCRATIZATION](#), Helsínquia, Finlândia.

Tradução da [Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres](#), coordenação em Portugal da AFEM.